



Até hoje o Riacho Fundo não tem registro de imóveis no cartório e tudo na cidade de 21 mil habitantes é ilegal por causa da lentidão da Justiça. Sem registro, não pode se organizar nem se desenvolver

Riacho Fundo pede para crescer

Miniempresários querem que Justiça dê licença para que cidade passe a existir de direito e possa se expandir dentro da lei

Cristina Ávila
Da equipe do **Correio**

O barulho da máquina de costura e o cheiro de cola invadem a rua. Todos os dias. E algumas noites inteiras. A pequena fábrica de sapatos funciona apertada entre casas de família, atrapalhando o sono das pessoas. Na esquina, motores de geladeira impedem o trânsito na calçada. No Riacho Fundo, quase todas as oficinas funcionam assim, incomodando a vizinhança.

Muitos miniempresários no Riacho Fundo I e II têm projetos de expansão dos negócios aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, mas não podem executá-los. Os setores de oficinas e comércio não podem ser ocupados, porque a cidade não tem registro em cartório de imóveis. Seus 21 mil moradores não têm endereço. Pelo menos oficialmente. A população tem dificuldades até mesmo para abrir uma conta bancária.

Francivaldo Alves Clemente, 35 anos, é o dono da miniempresa Marinho Indústria e Comércio de Calçados. Ele mora na QS 14, em Riacho Fundo I, e diz que a fábrica somente continua funcionando por-

que os vizinhos suportam o barulho e o cheiro de produtos químicos, sem reclamar. "Compreendem a situação." A produção vai bem, 400 pares por semana. As vezes 600. Poderia crescer. Mas não cabem mais pessoas no espaço de 18 metros quadrados.

O dono toca a fábrica no mesmo terreno em que mora. Ele tem projeto aprovado para ocupar um lote no setor de oficinas. Para receber o terreno, é preciso assinar o contrato, com opção de compra e venda. O Distrito Federal tem apenas a concessão das terras da cidade. E, por isso, não pode licitá-las.

"Tudo na cidade é ilegal", desabafa o administrador regional, Pedro Câmara Leão. Ele afirma que as únicas quatro pré-escolas particulares de Riacho Fundo, que atendem 2 mil alunos, já tiveram seus registros cassados pela Secretaria de Educação. "Só funcionam porque vamos protelando as consequências da situação." A cidade não tem supermercados, bancos ou postos de gasolina. A iniciativa privada é barrada por impedimentos jurídicos. Os mercadinhos e fábricas de fundo de quintal somente têm alvará provisório de funcionamento.

O processo para a regularização



Expansão da minifábrica de calçados de Clemente esbarra na burocracia

do registro da cidade está desde 1995 na 5ª Vara de Precatórios e Registros Públicos, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Existe uma disputa sobre as terras onde a cidade foi construída. O processo está com o juiz José Carlos Ávila. O **Correio Brasileiro** procurou-o para saber detalhes sobre o assunto, mas o juiz está ausente, trabalhando na inspeção dos cartórios de Brasília até sexta-feira.

DIFICULDADES

Várias associações de Riacho Fundo foram ontem à Câmara Legislativa pedir aos deputados que encaminhem um documento à Pre-

sidência do Tribunal de Justiça, solicitando condições para que o juiz José Carlos Ávila possa julgar o processo de registro da cidade. Segundo o deputado Geraldo Magela (PT), o documento deverá chegar ao TJ até segunda-feira.

O presidente da Associação das Oficinas e Pequenas Indústrias de Riacho Fundo, Antônio Augusto Dantas, disse que o registro não é necessário apenas para que a cidade se organize, mas também para a geração de empregos.

Samuel Rodrigues de Souza, 50 anos, por exemplo, tem um mercadinho onde trabalha com sua mulher. Mas seu projeto é arrojado. Já

aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), prevê a ampliação da pequena *birosca* para um local onde deverá ter um açougue, mercado e *sacolão* de frutas e verduras, no setor de Comércio Local Sul, em Riacho Fundo I. Vai empregar duas pessoas para atender nas caixas e dois entregadores, pois vai fazer entregas em domicílio.

O comerciante garante que vai mesmo gerar emprego. "As previsões estão no projeto que foi aprovado pelo CDE. Se eu não cumprir perco o incentivo do governo, que será o abatimento no preço do lote." As intenções de Samuel, porém, esbarram nos mesmos problemas dos outros miniempresários.

Samuel reclama que por morar em Riacho Fundo teve dificuldades até para solicitar um cheque especial. A agência pediu-lhe um comprovante de residência e ele entregou o documento de concessão de uso do terreno onde mora há sete anos, na QS 14 Conjunto 2B. "O gerente só aceitou porque já me conhece. Minha conta bancária é antiga, foi feita em outra cidade. Se eu tivesse que abri-la depois que passei a morar aqui, não poderia usar cheque."

O empresário reclama também que em Riacho Fundo não tem nenhuma agência bancária. "O governo deu um jeito para abrir um posto do BRB. Mas ninguém pode abrir agência, pois não há como fazer um contrato de aluguel reconhecido por cartório", reclama Samuel de Souza.